



Diretoria do Sindjufe esclarece sobre manifesto e jornal

Nestes últimos dias, alguns servidores receberam dois documentos: um do “Coletivo Viva Voz” e o outro da “Luta Fenajufe”, apresentando questionamentos à Fenajufe e ao Sindjufe/Ba, que, em respeito aos seus associados, utiliza-se deste boletim oficial para respondê-los.

No último Congresso da Fenajufe (Congrejufe), ocorrido no período de 28 de março a 1º de abril de 2007, quando houve a eleição da atual diretoria, três chapas disputaram a direção da entidade, sendo, ao final, eleita proporcionalmente da seguinte forma: Chapa 1, com maioria; chapa 2, em segundo lugar; e chapa 3, em

terceiro, compondo assim o quadro diretivo, cujo mandato se encerrará em maio do ano que vem.

A chapa 1 foi composta de servidores independentes de força partidária, de servidores ligados à Articulação Sindical (tendência do PT), da Corrente Sindical Classista (ligados ao PC do B) e do Trabalho (outra tendência do PT).

A chapa 2 foi composta por servidores ligados ao PSTU e ao PSOL, cuja principal força está ligada ao Sintrajud, sindicato de São Paulo.

A chapa 3, por sua vez, fora composta de servidores ligados

à Democracia Socialista ou CUT Socialista e Democrática, outra tendência do PT.

Grupos tentam antecipar sucessão da Fenajufe – Em maio de 2010, haverá nova eleição para a Fenajufe – Federação dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União. Nesse contexto, os agrupamentos ligados à chapa 2 e 3 do último Congrejufe, numa atitude irresponsável, tentam atrair seguidores para os apoiarem, usando, para isso, informativos distribuídos aos servidores, contendo inverdades, que a Diretoria do Sindjufe vem esclarecer.

Sobre o Manifesto Viva Voz

Trata-se de um informativo elaborado por seguimento político partidário ligado à CSD – CUT Socialista e Democrática – tendência do PT, que fora derrotado no último Congresso – 6º Congrejufe, em 2007. Este seguimento exerce sua principal influência no Rio Grande do Sul.

O último jornal do Sindjufe, datado de 14 de julho deste ano, trouxe informações sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário Federal e, nesse ínterim, noticiou as propostas apresentadas pelos Diretores Gerais dos Tribunais Superiores e pela Comissão Interdisciplinar, ressaltando seus aspectos nocivos e positivos.

O “Manifesto Viva Voz” noticia a mesma coisa como se o sindicato não estivesse cumprindo sua obrigação de bem informar à categoria sobre os assuntos de seu interesse

Isto não condiz com a postura da Diretoria que, inclusive, trouxe como novidades neste ano um novo site e a rádio web, importantes ferramentas para incrementar a comunicação entre o sindicato e os associados e, com isso, incentivar o interesse e participação democrática das bases, permitindo que elas apresentem sugestões e participem ativamente das decisões e encaminhamentos que contemplam os interesses da categoria.

Sobre a “avaliação necessária ao processo negocial”, esclarecemos que a Fenajufe só tem um representante na Comissão Interdisciplinar, que é Ramiro López. O outro representante vinculado aos servidores é Roberto Policarpo, de uma vaga destinada ao Sindjus – DF.

A demora na confecção do projeto de Plano de Carreira deveu-se unicamente à necessidade de ajustes

e à solução de contradições com as deliberações aprovadas no ano passado, num seminário deliberativo que aconteceu em Brasília.

Registre-se que a principal pessoa que se encarregou de sistematizar o “projeto nosso” foi um servidor ligado à oposição da Fenajufe (Luta Fenajufe), sendo que, durante todo o “processo negocial”, Ramiro defendeu as propostas aprovadas no seminário deliberativo, mesmo sem ter o “projeto pronto”.

Conforme noticiado no nosso último jornal, a Comissão Interdisciplinar, que é composta de nove representantes dos Diretores Gerais e dois representantes dos trabalhadores, fora surpreendida por uma proposta dos Diretores Gerais, que alegavam não ter tempo para continuar discutindo plano de carreira e, se quiséssemos aumento, seria esta a proposta.

Os representantes dos trabalhadores na Comissão não se conformaram com o encaminhamento dado pelos DGs, registrando sua insatisfação e, inclusive, opondo-se à criação da famigerada Gratificação de Desempenho.

Divulgação de tabelas – O documento também questiona porque a tabela foi distribuída. O Sindjufe entende que é imperioso o direito à informação para a categoria, mesmo que não seja o que gostaríamos de saber.

O Coletivo Viva Voz queria que escondêssemos da categoria as propostas dos DGs e da Comissão Interdisciplinar?

O compromisso do Sindjufe e da Fenajufe é com o servidor. Isso foi demonstrado ao longo de todos esses anos e materializado nas nossas conquistas.

Ao final, o manifesto afirma que quer fazer um novo sindicato e que não é partido político, como se o Sindjufe fosse.

É preciso falar a verdade! Primeiro, não existe nenhum crime em algum diretor ser filiado a partido político, até porque a gênese do movimento sindical está umbilicalmente ligado à disputa das forças dentro do estado brasileiro. Segundo, no Sindjufe/Ba, somente um diretor é filiado a partido político, de toda uma diretoria colegiada que foi formada com 17 membros. Terceiro, o manifesto omite que é ligado à CSD ou DS, corrente do PT. Confira acessando o Google da seguinte forma: “coletivo viva voz”.

Democracia é importante, mas o jogo tem que ser limpo

O outro jornal – Luta Fenajufe – foi distribuído por um servidor da Bahia e por outros servidores que vieram de São Paulo (de servidores ligados ao PSTU e ao PSOL) para esta finalidade. Nele, procura-se atacar a Fenajufe, com acusações mentirosas. Afirmam ainda que o Sindjufe/Ba apóia a tabela da Comissão Interdisciplinar, o que não é verdade.

Temos conhecimento da nossa força e dos nossos limites. Sabemos que qualquer projeto de carreira e/ou de plano de cargos tem que sair do Supremo Tribunal Federal.

Se não tivermos mobilizados, não conseguiremos garantir projetos que atendam aos nossos interesses. Os manifestos, quando faltam com a verdade, ao invés de agregar, de

mobilizar, só levam à desmobilização e ao enfraquecimento das nossas entidades sindicais e à derrota da categoria.

O que precisamos é arregaçar as nossas mangas e trabalhar com unidade e respeito, pois só assim podemos transformar a nossa realidade e construir melhores condições para os nossos servidores.

Aspectos positivos e negativos das propostas dos Diretores Gerais e da Comissão Interdisciplinar

Conforme divulgado no nosso último jornal, foi apresentada uma proposta de revisão de tabela dos nossos salários, tanto pelos Diretores Gerais dos Tribunais Superiores, quanto pela Comissão Interdisciplinar, contraposta à proposta de plano de carreira que é defendida pela categoria e que foi aprovada em Manaus, na XV Plenária da Fenajufe. A proposta tem, em resumo, os seguintes aspectos:

NEGATIVOS

1. Não contemplam carreira, tão somente tabelão.
2. Na dos Diretores Gerais, acaba expressamente com GAE e GAS, para oficiais e agentes.
3. Na da Comissão Interdisciplinar, cria a Gratificação de Representação (incorporável aos proventos de aposentadoria) que garante gene-

ricamente para todo mundo, mas exclui os agentes e oficiais. Parte da categoria defende que a GR tem que ser para todos, sem exclusão de nenhum segmento.

4. Aumenta, em valor, a distância entre técnicos e analistas em quase nove mil reais.
5. A dos Diretores Gerais cria uma Gratificação de Desempenho, quebrando a paridade de ativos e aposentados e não leva para a aposentadoria (além de deixar o servidor à berlinda de chefias).

6. Não levam em conta perspectivas de crescimento e capacitação inerentes à discussão de carreira.

POSITIVOS

1. Abreviam discussão sobre carreira, no primeiro momento, garantindo logo a tramitação do projeto de lei, mas garante na lei a criação de um

Conselho de Carreira para continuar discutindo a carreira.

2. Prometem aumento, em média, de 86% para todos os servidores.
3. Segundo os Diretores Gerais, já estamos no segundo semestre de 2009 e ano que vem é eleitoral, com muita dificuldade de tramitação dos projetos de lei no Congresso Nacional, desta forma, o tabelão garantiria aumento de salário e deixaria a discussão de carreira para um segundo momento.